

UMA PERCEPÇÃO SOBRE A CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM MACAÉ

Juliana Andrade Cruz, FCSMA

Rayssa Barcellos Paiva, FCSMA

Jaqueline Mateus de Moura, FCSMA

Ariane Raposo Nogueira Soares, FCSMA

Rogério Manhaes Soares, FCSMA

Hans Schmidt Santos, FCSMA

Felipe Barbosa Venâncio de Freitas, FCSMA

RESUMO

A educação é um direito básico, comum a todos, que visa ao desenvolvimento do indivíduo o qual, por sua vez, colabora para o desenvolvimento do país, garantindo o desenvolvimento social, cultural e econômico de uma nação. Sendo um direito concedido a todo cidadão, a educação inclusiva torna-se uma obrigação das instituições de ensino, de forma a garantir a inclusão de pessoas com deficiência não somente no âmbito escolar, mas em todos os aspectos da vida social do indivíduo. Assim, neste trabalho, busca-se identificar como se dá a capacitação docente para a educação inclusiva nos primeiros anos de escolaridade. Para isso, foram utilizadas pesquisas exploratórias em escolas públicas e privadas com professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, no Município de Macaé-RJ. Observou-se, assim, que escolas e professores estão em busca de preparação e capacitação para receber e educar crianças inclusivas.

Palavras-Chave: Educação; Inclusão; Escola.

ABSTRACT

Education is a basic right common to all, it aimed at the development of the individual, which contributes to the development of the country, guaranteeing social, cultural and economic development. Inclusive education, on the other hand, expands the worldview, showing the space and importance of each individual, from the moment that allows people with disabilities to be included in the school environment. This work seeks to identify how teacher training for inclusive education takes place from the 1st to the 5th year. For this, exploratory research was used in public and private schools with teachers from the 1st to the 5th year of elementary

school I. And, through applied research it was observed that schools and teachers are looking for preparation and training to receive and educate inclusive children.

Keywords: Education; Inclusion; School.

1-INTRODUÇÃO

A educação inclusiva trata-se de tema recente nas discussões sobre educação no Brasil e no mundo. Contudo, a necessidade de atender dignamente os alunos com necessidades especiais é histórica e tem sido negligenciada desde os primórdios da sociedade. Enquanto algumas sociedades primitivas exterminavam crianças com necessidades especiais, considerando-as um empecilho à sobrevivência do grupo, outras, porém, cuidavam dessas crianças e adolescentes por motivos religiosos ou até por gratidão para com aqueles que se mutilavam em guerras. Durante a idade média, portadores de necessidades especiais na maioria das vezes eram tratados com descaso e repúdio pela sociedade que os consideravam funcionalmente inúteis ou até mesmo por julgar que a necessidade especial era uma “manifestação demoníaca” ou um “castigo divino”. Com o passar dos séculos algumas sociedades passaram a promover a readaptação das pessoas portadoras de necessidades especiais, que passaram, inclusive, a contar com o amparo em casas de assistência que eram mantidas por igrejas Cristãs ou senhores feudais (SANTOS, 2021).

Nos anos 90 do século XX, o assunto foi centro de mais reflexões, com avanço significativo estimulado por dois movimentos importantes: a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, na Tailândia, em 1990; e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, Espanha, de onde se originou o documento “Declaração de Salamanca” (ROZEK, 2009).

Segundo Nunes *et al.* (2015), apesar da proposta da educação inclusiva surgir a partir de lutas pela educação de portadores de necessidades especiais, hoje ela é mais abrangente e é vinculada à concepção de uma educação para todos, ou seja, é dever da escola incluir todos os alunos e não apenas os portadores de necessidades especiais.

Segundo Rozek (2009), as discussões a respeito da Educação Inclusiva no Brasil ainda são muito recentes. O tema geralmente é isolado e limitado a debates, congressos e rasa literatura especializada. Dessa forma, as propostas para a educação inclusiva vêm tomando forma através da atuação de nossos parlamentares por meio da aprovação da legislação em vigor e das políticas públicas educacionais tanto em nível federal, quanto estadual e municipal. Nesse contexto, são exemplos importantes os artigos 206 e 208 da Constituição Federal.

A Constituição Federal, Art.206, inciso I, garante “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, o que institui a todos, sem distinção, o acesso ao conhecimento e à escola, pública ou particular, inclusive para as pessoas com algum tipo de deficiência ou limitação.

O art. 208 do mesmo documento, inciso III, “refere-se ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Esse atendimento é garantido, também, pela Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEEP, 1994), através do Ministério da Educação-MEC – que estabelece diretrizes para a implementação da Educação Especial no sistema regular de ensino, assegurando a inserção dos portadores de deficiências em ambientes escolares, priorizando o financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração. Essa mesma definição foi posteriormente reforçada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), e recentemente nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (GLAT e NOGUEIRA, 2003).

A partir desse cenário, entende-se que a escola é um lugar de integração, que tem o objetivo de estimular o desenvolvimento de qualquer indivíduo. Além de proporcionar um espaço comum, deve proporcionar também oportunidades de aprendizagens significativas. A ideia de escolas inclusivas vai além da partilha do mesmo espaço físico, envolve, também, o desenvolvimento de competências e habilidade específicas de cada um, exigindo processos específicos de ensino e, por sua vez, requerendo a capacitação de profissionais da educação.

É importante salientar que os primeiros anos na escola definem uma fase fundamental na vida de todo o indivíduo, que certamente irá refletir no seu comportamento futuro. É o período marcado pelos primeiros contatos sociais extrafamiliares, tão importantes no que diz respeito à formação do caráter desses indivíduos ainda na infância. No ambiente escolar, aprende-se a lidar com as dificuldades, obstáculos, limitações e diferenças.

Desse modo, pretende-se identificar como se dá a capacitação docente em educação inclusiva realizada com os professores do 1º Ano ao 5º Ano do Ensino Fundamental I no âmbito público e particular da cidade de Macaé.

2-EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo Coll *et al.* (2004) apud Melo (2011, p.3), no contexto das mudanças que a educação especial viveu durante o século XX, buscou-se a incorporação desses alunos ao sistema educacional regular, sendo necessária a adaptação das escolas às necessidades e

diversidades de seus alunos. Dessa forma, pensar na inclusão como apenas como uma lei é insuficiente para atender a um tema tão complexo e tantas diversidades encontradas. Deve existir um esforço de toda a comunidade educativa na busca de soluções específicas para cada caso, cada região e cada aluno, para que os alunos especiais possam ser preparados para viver com autonomia em sociedade, e não menos importante, para que os demais aprendam a aceitar e a lidar com o diferente (FÁVERO *et al.*, 2009).

Para Carvalho (2005), na Educação Inclusiva considera-se a diversidade dos alunos e seu direito à equidade. Deve-se procurar equiparar oportunidades e garantir a todos, desde portadores de deficiência até portadores de altas habilidades e superdotados, o direito de aprender a aprender, a fazer e a conviver. Assim, busca-se o desenvolvimento global do ser humano seja ele com deficiência ou não apartir da infância que é considerada o período em que todos os indivíduos se projetam no mundo. Dessa forma, segundo Blanco (2009):

O desafio, agora, é avançar para uma maior valorização da diversidade sem ignorar o comum entre os seres humanos. Destacar muito o que nos diferencia pode conduzir à intolerância, à exclusão ou a posturas fundamentalistas que limitem o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, ou, que justifiquem, por exemplo, a elaboração de currículos paralelos para as diferentes culturas, ou para pessoas com necessidades educacionais especiais (BLANCO, 2009).

Para Mendes (2012), a Educação Inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo, pois incentiva uma pedagogia diversificada, o que estimula o desenvolvimento de competências interpessoais. Assim:

[...] a sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não a esconder. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos (MENDES, 2012).

Com o objetivo de orientar e nortear as instituições de ensino para que possam cumprir a missão de educar todos seus alunos com qualidade, o Projeto Político-Pedagógico é um documento obrigatório, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esse documento define os passos necessários para que se cumpram, com o máximo de potência, os propósitos traçados por uma instituição educacional, fornecendo uma imagem nítida da entidade educacional.

De fato, são necessárias adaptações curriculares nos PPP's, optando-se por práticas heterogêneas e inclusivas como a previsão de reestruturação física prevendo a acessibilidade; introdução de recursos e de tecnologias assistivas; adaptação da grade curricular com recursos e conteúdo que respeitem as individualidades. Além de constar nos PPP's, a inclusão deve ser estimulada com ações concretas como estímulo a palestras, debates e cursos sobre Educação

Inclusiva, visando à sensibilização das famílias, alunos e funcionários da escola sobre a diversidade; disseminação do uso de recursos e tecnologias para auxílio ao corpo docente e discente e utilização de equipe multidisciplinar com psicólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, além dos professores.

Esse processo é hoje uma prática tanto no sistema público, obedecendo ao Decreto 6.571/2008, como no privado, também baseado no citado Decreto, porém por iniciativa própria.

Art. 1º. Para a implementação do Decreto no 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos; Art. 2º. O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem; Parágrafo Único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na Educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços (BRASIL, 2008).

Para a incorporação desses serviços na escola regular são necessárias alternativas relativas à organização, ao planejamento e à avaliação do ensino. Nesse contexto, as redes de apoio são de fundamental importância, sob o enfoque operacional e pedagógico, pois os medos, anseios, sucessos e fracassos das práticas aplicadas, de forma a melhorá-las, depende de toda essa comunidade.

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A rede de apoio compreende todos os profissionais que trabalham para o melhor desenvolvimento do aluno com deficiência, ou seja, médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, psicoterapeutas, nutricionistas, psiquiatras, especialistas em comunicação alternativa, Braille ou Libras e afins, garantindo, assim, a capacidade do professor de melhor compreender os desafios e talentos de seus alunos. Dessa forma, permite-se uma melhor adequação de recursos e um alinhamento com quaisquer tratamentos paralelos. Assim, o profissional tem uma visão otimizada do desenvolvimento completo do aluno

Toda equipe de professores, direção, equipe de suporte, equipe de manutenção operacional, equipe de limpeza, equipe de alimentação e a administrativa são essenciais como apoio. A verdadeira inclusão só pode ser efetivada quando toda a comunidade escolar estiver engajada e solicita às mudanças, e isso precisa ser praticado não só em sala de aula, mas deve ocorrer desde a chegada do aluno na escola até o seu convívio no pátio, refeitório, laboratórios biblioteca entre outros.

Vale ressaltar que de todos os desafios que a implementação da educação inclusiva traz, os maiores deles são: a resistência à inclusão por parte dos educadores que não se sentem preparados; escolas despreparadas para receber e educar alunos com deficiências; e pais de alunos sem deficiências que acreditam que a educação perderá a qualidade. Assim, cabem às instituições de ensino a preparação de seus profissionais, estimulando a sua capacitação:

O art. 59, inciso III, da LDB diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 44).

“A falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas com deficiências fossem marginalizadas e ignoradas” (MELO, 2011, p.3).

Atualmente, já se tornou uma realidade nas redes públicas de ensino, alunos com necessidades especiais frequentarem a escola em salas de aula com inclusão. Isso é importante para que, “independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento, possam se desenvolver social e intelectualmente na classe regular” (BENITE em PEREIRA, 2011, p. 48).

É possível perceber que avanços aconteceram em relação ao que se viveu no passado, quando muitos jovens portadores de necessidades especiais eram excluídos do convívio com a sociedade e viviam trancafiados em casa sem direito à participação social e até mesmo ao mais básico da educação e ainda, muitas vezes, sofrendo maus tratos e isolamento. Contudo, os sistemas de ensino atuais estão longe de conceber uma verdadeira “inclusão”, existindo ainda diversas escolas com sérios problemas de acessibilidade, corpo de funcionários despreparados em sua atuação, professores que na maioria das vezes utilizam metodologias típicas do ensino regular e inadequadas à inclusão, muitos casos de *bullying* entre os alunos, falta de materiais, recursos e equipamentos adaptados, entre outros problemas.

Apesar de a formação profissional ser garantida por lei, a maioria dos professores enfrentam inúmeras barreiras no seu dia a dia de trabalho, não só para transmitir os conteúdos de suas disciplinas específicas, mas, também, em outras vicissitudes, como nos lembra um

exemplo de Silveira e Souza “falta conhecimento para lidar com a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e com a presença do intérprete em sala de aula” (SILVEIRA e SOUSA, 2011, p. 38).

Nessa perspectiva, um modelo que pode colaborar com esse processo de formação é a troca de experiências entre as instituições de ensino, o que é necessário “estabelecer uma via de comunicação com instituições e escolas que trabalham com alunos com necessidades especiais” (RETONDO e SILVA, 2008, p.28). Isso pode, inclusive, representar um bom caminho para alavancar o projeto de formação e adequação de professores e instituições à demanda inclusiva.

Pode-se, então, entender o estado embrionário da educação inclusiva no Brasil e que a participação, apoio e investimento dos governos Federais, Estaduais e Municipais são fundamentais para a mudança desse quadro. Contudo, não só a atuação do governo com leis ou disponibilização de verbas serão capazes de mudar o quadro atual, pois serão necessárias adequações pedagógicas e preparo por parte dos professores que, em sua maioria, não recebem instrução suficiente sobre o tema de inclusão em seus cursos de licenciatura ou normalista. Também faz-se necessário que gestores de instituições iniciem as mudanças alterando os PPP's de suas instituições para, a partir daí, iniciarem uma série mudanças e investimentos necessários para a preparação de seus funcionários e adequação da infraestrutura, visando à acessibilidade e à inclusão. Enfim, faz-se necessário o engajamento de toda a comunidade escolar incluindo professores, alunos e funcionários para que estejam preparados para receber e educar crianças e jovens, respeitando suas diferenças e necessidades específicas.

3-METODOLOGIA

Neste trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória com a coleta de dados primários a partir da aplicação de questionário em escolas públicas e privadas, especialmente do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Os dados secundários foram fornecidos através das leituras realizadas em artigos, livros e sites, etc.

O questionário elaborado por meio da plataforma eletrônica do *Google Forms* foi enviado através de rede social (*WhatsApp*) para grupos intencionais a partir do dia 13 de maio de 2020; e encerrado no dia 19 de junho de 2020. Após o recebimento dos questionários, os gráficos foram gerados pela plataforma eletrônica para as respectivas análises. Desse modo, obtiveram-se um total de 43 respondentes: 24 pessoas trabalham em escolas públicas, 12 em escolas privadas e 7 nas duas instituições.

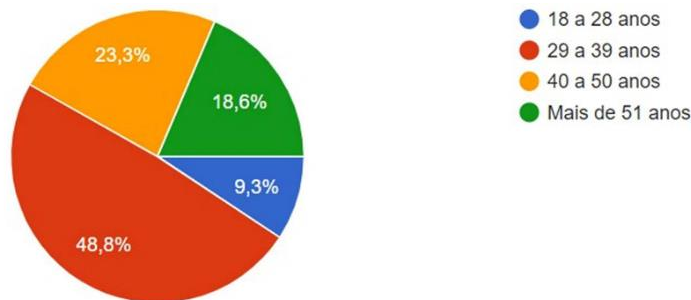
Vale ressaltar que este estudo teve uma grande limitação que foi o acesso às escolas para coleta de dados através do questionário elaborado. Devido à pandemia do Covid-19

(doença viral extremamente contagiosa) que obrigou as escolas a fecharem, o que tornou muito difícil o contato com os professores de 1º ao 5º anos.

4-RESULTADOS E DISCUSSÃO

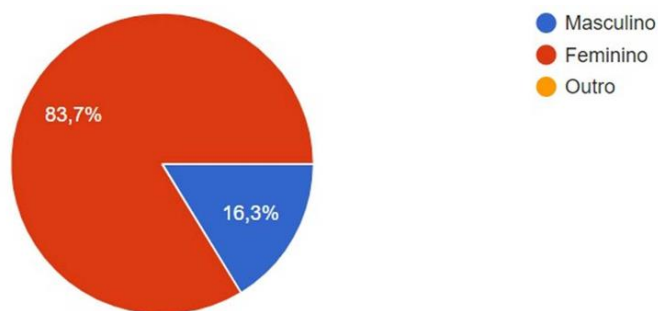
A seguir serão apresentadas as análises dos resultados obtidos com o questionário aplicado a 43 professores de ensino do 1º ao 5º ano entre escolas públicas e particulares.

Gráfico 1 – Idade



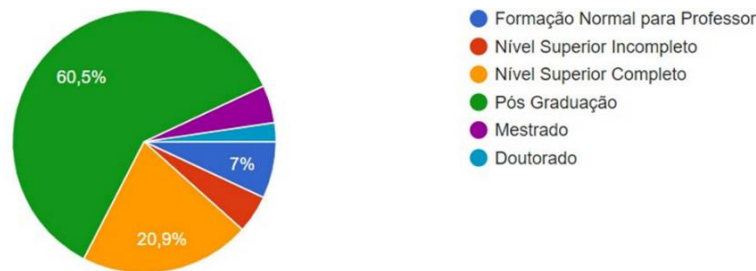
No gráfico 1, acima, observa-se que 48,8% dos respondentes têm de 29 a 39 anos e que 23,3% têm entre 40 a 50 anos. Segundo Pinho *et al.* (2011), diversas pesquisas no campo da Psicologia apontam que pessoas mais velhas costumam ter um nível de empatia e sensibilidade maior do que as mais jovens, o que pode facilitar a inclusão.

Gráfico 2 – Sexo



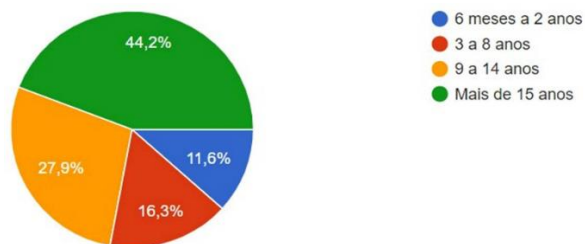
No gráfico 2, acima, percebe-se que a grande maioria dos respondentes são do sexo feminino, 83,7% deles. Considerando que pessoas nessa faixa etária costumam já ter filhos, é possível inferir que há um instinto materno e, assim, ser um ponto positivo para a inclusão.

Gráfico 3 – Nível de Formação



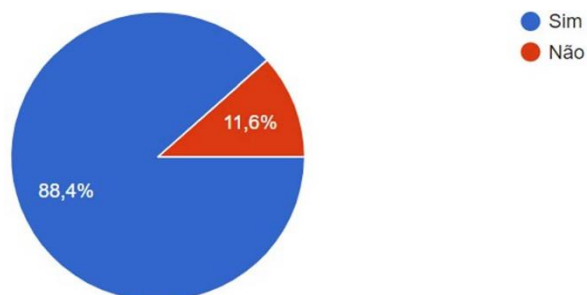
No gráfico 3 nota-se surpreendentemente que a grande maioria dos respondentes possuem pós-graduação: 60,5% deles. Depreende-se que, além de sua bolsa salarial ser maior ao atuarem na rede pública, é possível que possuam boa contribuição para a educação de um modo geral e também para a educação inclusiva. Como é visto no artigo 59, no inciso III da LDB, os “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 44) são capazes de adaptar e integrar alunos inclusivos nas salas de aulas, tornando assim a inclusão algo mais leve e fácil.

Gráfico 4 – Tempo que leciona para o 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental I



No gráfico 4, observa-se que 44,2% dos entrevistados possuem uma carreira ascendente, com 15 anos ou mais de atuação na área, o que transmite segurança e especialização, possuindo muito a agregar para a educação inclusiva.

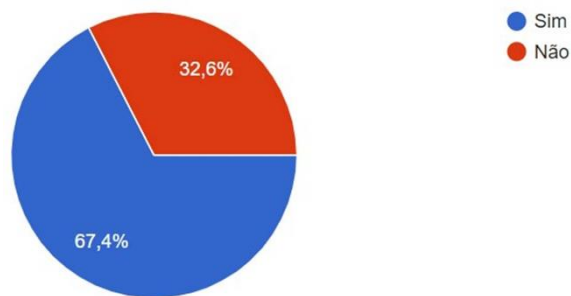
Gráfico 5 – Realização de algum treinamento de capacitação através da sua escola.



O gráfico 5 demonstra que 88,4% dos respondentes recebem treinamentos oferecidos pela própria escola, o que mostra a grande preocupação da instituição quanto à qualificação profissional. Afinal, essa prioridade é diretamente proporcional à qualidade do ensino oferecido. Vale ressaltar que a maioria dos respondentes pertencem ao quadro docente de escolas públicas.

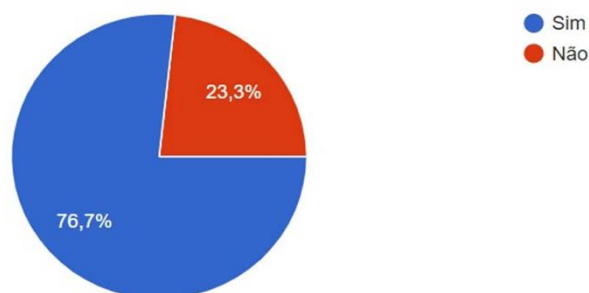
Para Lopes (2013), a gestão escolar pode ser considerada um modelo de como gerir o sistema escolar, modelo este que deve estar pautado na promoção humana, ou seja, deve visar a todos os integrantes do sistema educacional, tais como gestores, professores, alunos e comunidade. Desse modo, conforme o autor mencionado, o gráfico acima apresenta uma boa gestão das escolas por estarem preparando seus professores para atender à população.

Gráfico 6 – Realização de algum treinamento de capacitação sob a sua responsabilidade.



No gráfico 6, nota-se que a maioria dos respondentes, os 67,4% que disseram “sim” para a questão, entendem a importância de constante qualificação para contribuir, potencializar e inspirar boas práticas dentro da sala de aula. “Pode-se dizer que uma pessoa possui habilidade técnica quando compreende e tem domínio da atividade que realiza” (ANDRADE e AMBONI, 2007, p. 11). Sabe-se o quanto é fundamental permanecer atento e conhecer bem a turma para desenvolver um plano de aula, de forma a adaptar e adequar a prática docente para que seja interessante e útil a todos os alunos de uma classe. Assim, é possível desenvolver, inclusive, novas habilidades técnicas necessárias ao ensino.

Gráfico 7 – Realização de alguma capacitação para educação inclusiva



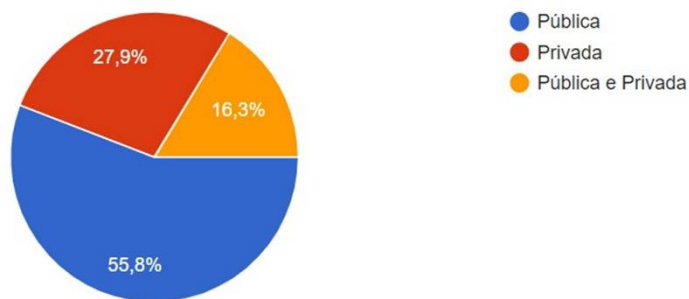
No gráfico 7, acima, observa-se que tanto as escolas quanto os professores vêm se preparando para receber, educar, lecionar e ensinar alunos inclusivos, afinal, 76,7% responderam que já realizaram alguma capacitação para a educação inclusiva. É notória uma lenta progressão, mas não é nula.

Assim, segundo Coll *et al.* (2004) *apud* Melo (2011, p.3):

A educação especial viveu profundas transformações durante o século XX. Os movimentos sociais reivindicavam mais igualdades entre todos os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação incorporou-se, aos poucos, ao sistema educacional regular e buscou fórmulas que facilitassem a integração dos alunos com alguma deficiência. [...] O conceito de necessidades educativas especiais e a ênfase na importância de que a escola se adapte à diversidade de seus alunos foi expressão dessas novas realidades. [...] (COLL *et al.*, 2004) apud (MELO, 2011, p.3).

Desse modo, percebe-se que as transformações são constantes para atingir mais igualdades e formarem alunos mais independentes, a fim de que a escola seja adaptativa às necessidades desses alunos.

Gráfico 8 – Tipo de escola que leciona

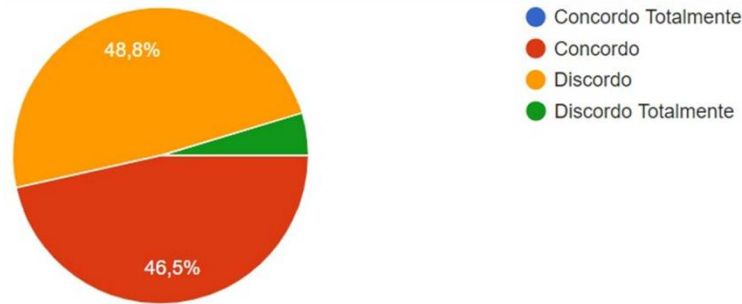


O gráfico 8 demonstra que a maioria dos entrevistados, 55,8%, são de escolas públicas, estão atuando na área há bastante tempo, recebem e procuram mais capacitação. Desperta um sentimento de esperança quanto ao vislumbre de uma melhora na educação e uma boa inclusão aos alunos especiais.

Segundo o MEC (Ministério da Educação), a educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, e tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, contribuindo para a redução das desigualdades sociais. Assim, a existência de escolas públicas é fundamental para a construção da cidadania e para a manutenção de uma sociedade saudável.

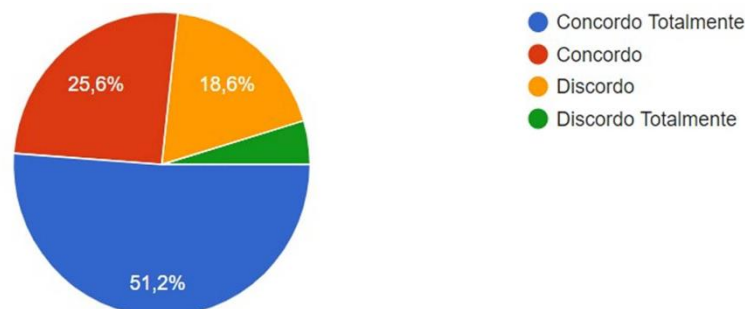
Já as escolas particulares podem ser observadas a partir da entrada de grupos empresariais, da elaboração de materiais pedagógicos e da terceirização da merenda escolar em que ocorre a privatização da educação (COUTO, 2019). Desse modo, o início da abertura da relação com essas instituições privadas pode provocar a promoção da existência de uma rede particular de escolas. O que não exclui dessa rede ter que adotar uma Gestão Escolar adequada.

Gráfico 9 – Se o município de Macaé oferece condições para crianças com deficiências.



A leitura do gráfico 9 possibilita concluir a falta de condições dos ambientes escolares para receberem crianças inclusivas: 48,8% dos respondentes acreditam que Macaé não oferece a estrutura necessária à inclusão para portadores de deficiências. A escola, sendo um espaço de interação social, possui forte influência na configuração dos papéis, hierarquias e conceitos individuais, exigindo decisões precisas e bem formuladas, além de estratégias que possam oferecer a cada cidadão amplo acesso ao conhecimento. A educação torna-se primordial, portanto, ao oferecer mais e melhores oportunidades tanto no sistema escolar quanto no mercado de trabalho, refletindo, posteriormente, na posição social futura a ser ocupada por cada um (COUTO, 2019). Para as crianças com deficiências, ainda existem muitos desafios a serem vencidos para que seja possível proporcionar melhores condições de aprendizagem, boas oportunidades na educação e no mercado de trabalho, garantindo um futuro de mais independência e autonomia.

Gráfico 10 – Se a educação inclusiva diz respeito a todos.



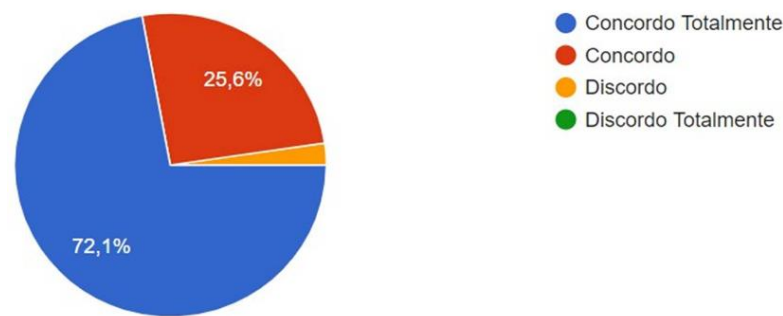
Fonte: Própria (2020)

É possível observar pelo gráfico 10 (acima) que a maioria dos respondentes, 51,2%, concorda totalmente que a educação inclusiva diz respeito a todos. Blanco afirma que:

O desafio, agora, é avançar para uma maior valorização da diversidade sem ignorar o comum entre os seres humanos. Destacar muito o que nos diferencia pode conduzir à intolerância, à exclusão ou a posturas fundamentalistas que limitem o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, ou, que justifiquem, por exemplo, a elaboração de currículos paralelos para as diferentes culturas, ou para pessoas com necessidades educacionais especiais (BLANCO, 2009, p. 149).

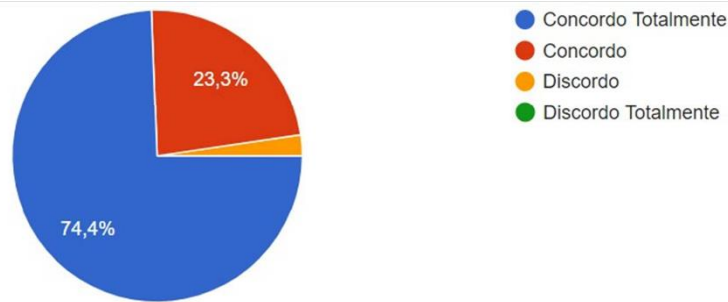
A educação, como observado em Blanco, propõe a valorização de todos, sem distinção, o que pode ser reforçado em Freire (1979) *apud* Silva [2018], cuja proposta inovadora de educação, que na década de 60 influenciou diversos movimentos educacionais, sociais e políticos, pressupõe que o educador precisa, em sua essência, compreender a necessidade de preparar o educando em duas frentes bem distintas: a primeira voltada para a formação tecnicista e mecanicista, preparando-o para o ingresso no mercado de trabalho; e a segunda conscientizando-o da necessidade de uma ação educadora libertadora, promovendo a ascensão social e a valorização daqueles mais oprimidos. O desafio torna-se mais fácil quando todos têm a consciência da importância das novas preparações, propostas e capacitações para lidar, educar, ensinar e evoluir as diferentes necessidades de cada aluno.

Gráfico 11 – Se o educador atual deve fomentar a inclusão social e escolar de todos os alunos, com suas diversidades e necessidades peculiares.



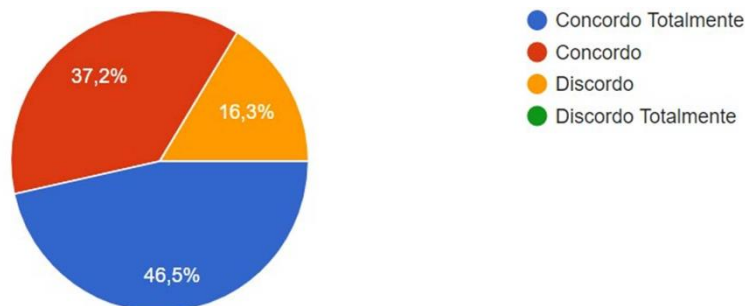
A leitura do gráfico 11 permite verificar a necessidade de impulsionar professores e escolas à adaptação e à preparação para receber crianças com necessidades educacionais especiais. Dos entrevistados, 97,7% concordam e concordam totalmente com a afirmação de que o educador atual deve fomentar a inclusão social e escolar de todos os alunos, com suas diversidades e necessidades peculiares. A declaração de Salamanca reforça o fato da importância da existência de uma rede contínua de apoio a essas crianças, considerando uma variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola, expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializado e pessoal de apoio externo (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Gráfico 12 – Se é necessário inovar o modelo educativo que temos hoje para que a inclusão aconteça.



Observa-se, pelo gráfico 12, que o modelo atual não é muito apropriado para que aconteça a inclusão: 74,4% concordam totalmente com essa questão, os próprios educadores acreditam que é necessário inovar o modelo educativo. Nesta perspectiva, um modelo que pode colaborar com esse processo de formação é a troca de experiências entre as instituições de ensino, sendo necessário “estabelecer uma via de comunicação com instituições e escolas que trabalham com alunos com necessidades especiais” (RETONDO e SILVA, 2008, p.28). Assim, torna-se necessário um aprimoramento na preparação de escolas e instituições, comunicações e troca de experiências para que seja possível obter uma melhora no desenvolvimento de alunos com necessidades especiais.

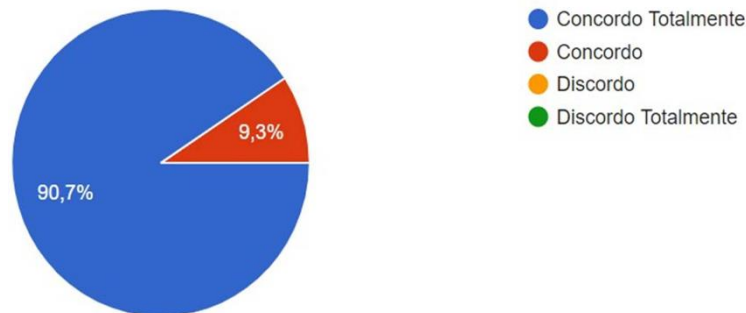
Gráfico 13 – Se toda escola tem ou já teve casos de inclusão.



A leitura do gráfico 13 permite constatar que a minoria, 16,3% da amostra da pesquisa, discordam que a escola em que trabalha tem ou já teve casos de inclusão. Para Luck (2017), a construção de uma sociedade democrática dá-se pela promoção de um maior envolvimento das pessoas nas organizações sociais em que atuam, que se relacionam e que dependem, favorecendo a realização de atividades que proporcionem a participação de todos, sem distinções. Essas atividades são previstas com os seguintes objetivos: a) promoção da construção coletiva das organizações; b) possibilidade do processo de aprendizagem de habilidades de participação efetiva; c) o desenvolvimento das pessoas e das instituições, daí a importância da gestão escolar democrática como proposta em lei e também como uma condição para a vivência de uma

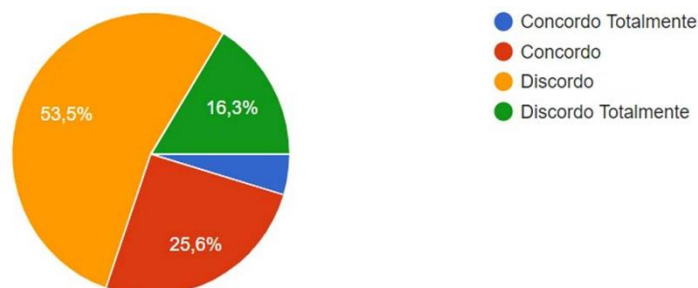
aprendizagem democrática para todos os seus participantes. Como visto anteriormente, a construção da sociedade vem das diferenças e especialidades de cada pessoa.

Gráfico 14 – Se o educador deve buscar a formação contínua para que seja capaz de acompanhar o ritmo evolutivo do ensino e da sociedade em geral.



O gráfico 14 demonstra que 100% dos respondentes concordam e concordam totalmente que o educador precisa buscar uma formação contínua de forma a melhor acompanhar o ritmo evolutivo do ensino e, por conseguinte da sociedade em geral. Segundo Freire (2003, p.40), a educação é um processo de transformação que pode acontecer em qualquer lugar, em qualquer momento e com qualquer pessoa. O mesmo pensamento é confirmado em Luck (2017) que afirma que o fundamental da democratização do ensino é o processo educacional e o ambiente escolar serem marcados pela mais alta qualidade, de modo que todos que busquem a educação desenvolvam os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessários para que possam construir uma participação efetiva na sociedade, com qualidade de vida, exercendo sua cidadania. Assim, a educação precisa sempre estar numa constante evolução, promovendo a transformação e atuando democraticamente.

Gráfico 15 – Se a inclusão ocorre de melhor forma em escolas públicas.



A partir da leitura do gráfico 15, é possível observar que 53,5% dos respondentes não acreditam que a inclusão ocorre da melhor forma em escolas públicas. De acordo com a LDB lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) Art. 3º, o ensino será ministrado com base aos seguintes princípios:

VII- Valorização do profissional da educação escolar;

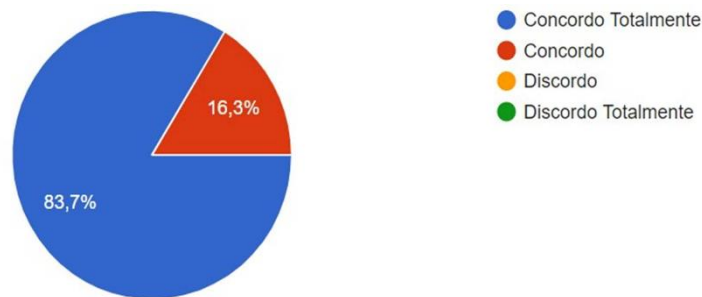
VIII- Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX- Garantia de padrão de qualidade;

LDB lei 9.394/96 (BRASIL, 1996)

Desse modo, a Lei mostra que a intenção é que exista um padrão entre as escolas sejam elas públicas ou privadas, em relação ao conteúdo lecionado, garantindo ensino de qualidade para todos.

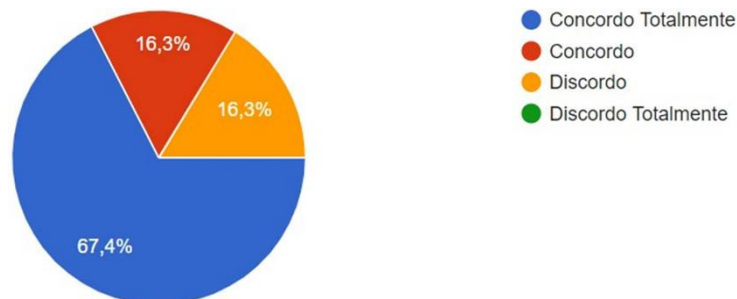
Gráfico 16 – Se Todo professor deveria participar de algum programa de capacitação para alunos inclusivos.



Fonte: Própria (2020)

O gráfico 16 demonstra que 100% dos educadores respondentes concordam totalmente ou concordam que os professores deveriam ser capacitados para trabalhar com alunos inclusivos. Os dados afirmam o importante papel do gestor quanto a oportunizar formas de orientar o corpo docente, garantindo que sejam devidamente capacitados e motivados. Não somente os professores, mas aqueles que trabalham nas secretarias das escolas, nos serviços gerais, na portaria, ou seja, oferecer capacitação a toda a instituição que está sobre o seu comando (PASCHOALINO, 2017 *apud* CORREIA, 2019).

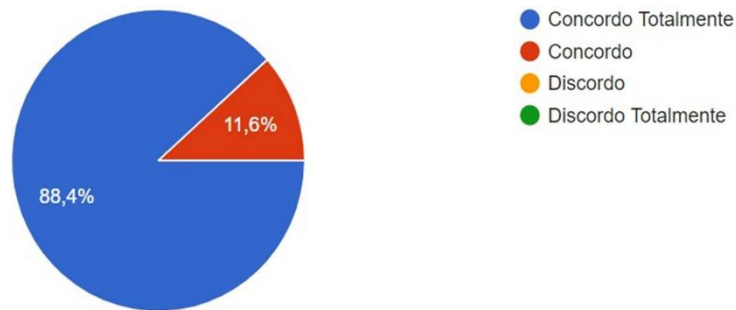
Gráfico 17 – Se o processo de aprendizagem de cada aluno é singular



Para 83,7% dos entrevistados, o processo de aprendizagem de cada aluno é singular. Segundo Freire (1979) *apud* Silva (2018), o envolvimento emocional e afetivo entre educador e educando é de fundamental importância para o desenvolvimento da aprendizagem, pois ele proporciona uma relação de confiança e companheirismo entre as partes, facilitando o processo e

gerando novas descobertas. Essa confiança que o educador transmite deixa o educando à vontade para expressar suas dúvidas e dificuldades, instigando o conhecimento e a evolução de cada aluno.

Gráfico 18 – Se o educador tem que ter uma conduta ética, assim como instigar os alunos à reflexão ética.



Fonte: Própria (2020)

De acordo com a pesquisa aplicada, 100% dos entrevistados concordam ou concordam totalmente que o professor precisa agir com ética, instigando seus alunos à reflexão, uma vez que seu papel pressupõe, inclusive, a formação de opiniões. De acordo com Freire (1979) *apud* Silva (2018), o educador precisa compreender que o indivíduo que ele recebe para formar não é uma folha em branco, ele traz consigo valores, costumes e cultura provenientes do local em que vive, da família em que foi criado, da fé que professa, enfim, da experiência adquirida em sua existência no mundo. É importante ressaltar que o fato de os professores serem formadores de opiniões não apagam os princípios dos mesmos.

5-CONCLUSÃO

Segundo a Constituição Federal, o acesso à educação é direito de todos e dever do Estado e da família. A sociedade como um todo tem o papel de promover e resguardar esse direito, com o fim de proporcionar o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho. Essa questão constitucional precisa ser discutida quanto à sua aplicação no que se refere a alunos especiais. A educação de qualidade é realmente oferecida a todos? Inclusive aos alunos especiais?

A Lei Nº 9.394 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais de forma a proporcionar oportunidades de acesso à educação com qualidade, garantindo a eles o exercício da cidadania e a possibilidade de uma vida mais autônoma e independente.

Pessoas que frequentam escolas obtêm uma ampliação do conhecimento, algo maior que o senso comum. Além do desenvolvimento de habilidades, uma vez que já desde novo é

possível aprender a se relacionar com outras pessoas e a entender como cada pessoa age e pensa de formas distintas.

A pesquisa permitiu constatar que a maioria dos educadores do município tiveram acesso a alguma capacitação para trabalhar com crianças inclusivas, em sua maioria incentivados pela própria escola. Um número menor de docentes procurou treinamentos por conta própria. Outro dado bastante interessante é que a maioria das respostas positivas em relação ao oferecimento de capacitações aos professores são provenientes de escolas pública. Logo, o poder público do município estudado, apesar de todas as suas limitações de recursos e verbas, parece preocupar-se com a qualificação e preparação dos educadores para atender cada aluno, principalmente aqueles com necessidades especiais.

Vale ressaltar que uma limitação deste estudo foi o fato de ser avaliado apenas o município de Macaé-RJ, que possui uma realidade diferente de outros municípios com renda *per capita* e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) inferiores, além da ausência de alunos de séries mais avançadas e também de nível superior, em que muitas vezes os professores têm uma formação e capacitação mais técnica em detrimento à formação pedagógica.

Sob a ótica dos professores municipais e da rede privada, os benefícios da educação inclusiva podem ser observados no gráfico 10 que reforça o entendimento de uma educação para todos, pois 51,2% concordam totalmente que deve haver um avanço “para uma maior valorização da diversidade sem ignorar o comum entre os seres humanos”.

Um ponto positivo é que a educação inclusiva dentro da escola regular a torna um espaço democrático e aberto a todos e promove ampliação na visão de mundo, oferecendo às crianças oportunidades de convivência e socialização. Já um ponto negativo é o despreparo por parte dos professores, o que pode ser confirmado pela leitura do gráfico 7, o qual demonstra que 23,3% de professores ainda não possuem capacitação para alunos inclusivos, o ideal seria que 100% deles estivessem capacitados.

Por fim, a gestão escolar é o novo paradigma das questões escolares, ou seja, novo padrão utilizado para gerir/administrar escolas, inserindo todos os integrantes de uma instituição de ensino no sistema educacional, desde gestores, professores, alunos até a comunidade como um todo. É tarefa do Gestor Escolar unir todas os setores e todas as pessoas da escola no apoio e no compromisso quanto à capacitação dos professores, principalmente no que se refere à Educação Inclusiva.

Portanto, conclui-se a necessidade de ampliar o acesso à capacitação dos professores do ensino de 1º ao 5º ano para a educação inclusiva, para que a educação seja realmente democrática e libertadora.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.O.B. e AMBONI, N. **TGA – Teoria Geral da Administração: Das Origens as Perspectivas Contemporâneas**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2007.

BLANCO, In: Marchesi, A., Tedesco, J.C. **A atenção educacional à diversidade: escolas inclusivas**. Declaração de Salamanca, Ministério da Educação. 2009.

BRASIL, **Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desportos, Seção I da Educação. Artigo 206, Incisos I e III**. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL, **Lei nº9.394, de 20 dezembro de 1996**. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acessado em: 25 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, 2008.

CARVALHO, R. E. - **Diversidade como paradigma de ação pedagógica na Educação**. In: Revista da Educação Especial. MEC/SEESP. Out. 2005.

COUTO, C.B. **Breve Análise da Educação de Macaé no Período de 2012-2018: Possibilidades Pós-Crise**. In: Crise Contemporânea do Petróleo: Paradoxos e Resistências. 2019.

COLL, Cesar, MARCHESI, Álvaro, PALÁCIOS, JESÚS, **Desenvolvimento psicológico e educação**, volume 3, 2ª Ed, Porto Alegre, Artmed, 2004.

CORREIA, R.A.S. **Os desafios da Gestão Escolar**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo de Conhecimento. Ano 04, Ed. 07, Vol. 07, pp. 31 – 39. Julho de 2019.
ISSN:24480959

Declaração de Salamanca, Ministério da Educação BLANCO, In: Marchesi, A., Tedesco, J.C. **-A atenção educacional à diversidade: escolas inclusivas**.

FÁVERO, O., FERREIRA W., TIMOTHY IRELAND, T. BARREIROS, D. **Tornar a educação inclusiva**. organizado por Brasília: UNESCO, 220 p, 2009.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica**. In: Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GLAT, R. e NOGUEIRA, M.L.L. **Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil**. In. COMUNICAÇÕES – Caderno do Programa de Pós-Graduação em Educação – Ano 10 – Nº1 – Junho 2003.

LOPES, A.P.P.C. **Gestão Escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia. 2013.

LUCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Serie: Cadernos de Gestão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MELO, F. O. S. **A História da Educação Especial Rumo à Inclusão: Um Desafio a Conquistar**. WeebArtigos, 2011. Disponível em:

<<https://www.weebartigos.com/artigos/ahistoria-da-educacao-especial-rumo-a-inclusao-um-desafio-a-conquistar/68960/>> Acessado em: 19 de Junho de 2020.

MENDES, M. P. **Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: consequências ao sistema educacional brasileiro**. Revista Integração, a. 10, n. 22, 2012

NUNES, S. S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. **Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, 2015.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **Desafios da Gestão Escolar**, 340p. Belo Horizonte: Studium Eficaz. MG, 2017.

PINHO, V.D.; FERNANDES, C.S.; FALCONE, E.M.O. **A Influência Da Idade E Da Escolaridade Sobre A Experiência Empática De Adultos**. Estud. pesqui. psicol. vol.11 no.2 Rio de Janeiro ago. 2011.

RETONDO, C. G.; SILVA, Gláucia Maria. **Ressignificando a formação de professores de química para a educação especial e inclusiva: uma história de parcerias**. Química Nova na Escola, n. 30, p. 27-33, 2008.

ROZEK, M. **A Educação Especial e a Educação Inclusiva: Compreensão Necessária**. In: Revista de Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, V.17, 2009.

SANTOS, Alessandra Ferreira Dos. **Educação inclusiva: uma análise sobre os avanços e os desafios enfrentados no contexto atual da educação básica no Brasil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 05, Vol. 03, pp. 36-45. Maio de 2021. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafios-enfrentados

SILVA, L. A. **Contribuição de Paulo Freire para a Educação. Governo do Mato Grosso** [2018] Disponível em: <<http://www2.seduc.mt.gov.br/-/contribuicoes-de-paulo-freire-paraa-educac-1>> Acessado em: 26 de maio de 2020.

SILVEIRA, H. E. S. SOUSA, S. F. S.; **Terminologias Químicas em Libras: A Utilização de Sinais na Aprendizagem de Alunos Surdos.** Química Nova na Escola, v. 33, n. 1, p. 37-46, de fev. 2011.